

DO LEGAL PARA O REAL (LEI 10.639/2003): O PROCESSO DE AQUILOMBAR-SE, O MERGULHO NAS EXPERIÊNCIAS DO COLÉGIO DESOR EM PARANÃ-TO

FROM LEGAL TO REAL (LAW 10.639/2003): THE PROCESS OF QUILOMBING, A DIVE INTO THE EXPERIENCES OF COLÉGIO DESOR IN PARANÃ-TO

Fernando Maciel Vieira¹

Marcelo Alessandro Honorato de Souza²

Resumo: Quando pensamos em quilombar, não estamos referindo a repetir simplesmente o passado, representa muito mais que isso, é a busca da ancestralidade e o cumprimento da lei 10.639/2003 que traz sentido e forma a cultura afro-brasileira. Isso posto, vamos atualizando essa riqueza étnica africana semeada em nosso solo, demonstrando que somos um povo rico e que temos em nossos ancestrais símbolos de resistência, coragem e uma história que devemos ter orgulho de atualizá-la. Este trabalho, portanto, visa apresentar o projeto da Consciência Negra do Colégio Estadual Desembargador Virgílio de Melo Franco, através da metodologia da história oral do tempo presente, localizado em Paranã-TO, que tem o objetivo de despertar o quilombamento por meio da ancestralidade que vem ocorrendo na comunidade local. Um relato das práticas pedagógicas e do processo de funcionamento desse projeto que nasceu da simplicidade e da coragem de fazer uma educação transformadora. No primeiro momento, fizemos uma fundamentação teórica e conceitual e no segundo momento fizemos o relato.

Palavras-chave: Ancestralidade. Consciência Negra. História Oral. Lei 10.639/2003.

Abstract: When we think of quilombola, we are not referring to simply repeating the past; it represents much more than that. It is the search for ancestry and compliance with Law 10.639/2003, which gives meaning and shape to Afro-Brazilian culture. That said, we are updating this African ethnic wealth sown in our soil, demonstrating that we are a rich people and that our ancestors are symbols of resistance, courage, and a history that we should be proud to update. This work, therefore, aims to present the Black Consciousness project of the Desembargador Virgílio de Melo Franco State School, located in Paranã-TO, through the methodology of oral history of the present time. The project aims to awaken quilombola through the ancestry that has been occurring in the local community. This is an account of the pedagogical practices and the operational process of this project, which was born from the simplicity and courage of providing transformative education. First, we provided a theoretical and conceptual foundation, and then we provided the report.

Keywords: Ancestry. Black consciousness. Oral history. Law 10.639/2003.

Introdução e alguns conceitos de uma escola antirracista

¹ Email: fmnaluz@gmail.com

² Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação Acadêmico em Educação da Universidade Federal do Tocantins (PPGE/UFT), Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0022578547411822> Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6485-275>

A partir da perspectiva pós-colonial, podemos entender o momento histórico presente como um espaço de ressignificação e transformação, quando os efeitos de um passado colonial recente ainda perduram e se desdobram, considerando o contexto atual brasileiro, as narrativas insurgentes negras têm sido protagonistas nos tensionamentos que se dão nas margens da nossa sociedade.

A metodologia de pesquisa da História Oral se ocupa em conhecer e mergulhar aspectos sobre determinada realidade, como os padrões culturais, as estruturas sociais, os processos históricos ou os laços do cotidiano.

Como nos ensina Alexandre Portelli, a história oral junta a história vinda de cima e a história vinda de baixo em um mesmo texto. Os dados para o processo de encadeamento são obtidos através de conversas com pessoas (relatos orais) que, ao analisar suas lembranças, arquivos pessoais e suas memórias pessoais, constroem também uma visão mais concreta e humanizada da dinâmica de funcionamento e das várias etapas da trajetória do grupo social ao qual faz parte, ponderando esses acontecimentos pela sua importância na vida desses indivíduos.

A metodologia da história oral em análise busca primeiro registrar a memória viva, as emoções, as paixões, o olhar, a perspectiva peculiar e os sentimentos de indivíduos das mais diversas origens socioculturais. Muitas vezes, o fato de observar estas memórias, que podem ser denominadas de subterrâneas, nos orienta Portelli: "A história oral é uma boa alternativa metodológica para a compreensão das problemáticas dos sujeitos, das memórias, culturas e identidades". Significa delinear fatos e aspectos relevantes que de outra forma ficam à margem da história oficial ou das evidências objetivas dos historiadores. Através desse esforço e rigor de pesquisa, pretende-se construir uma metodologia que permita recuperar ou trazer à luz imagens do passado e do presente, que permitirão uma abordagem abrangente e dinâmica.

A maioria dos relatos obtidos por fontes orais diz respeito a fatos e aspectos não registrados por outros tipos de documentos, a fatos cuja

documentação se deseja completar ou abordar por ângulo diverso, aprofundando a busca por uma história contextualizada e humanizada.

A busca de dados através de narrativas, como parte imprescindível para a elaboração do documento de pesquisa, coloca uma importante questão: a veracidade das informações obtidas.

Na Lei 10.639/2003, também conhecida como Lei do Ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana, sancionada pelo então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a medida estabelece que as instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas, devem obrigatoriamente incluir em seus currículos o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana durante toda a formação escolar.

Essa lei representa uma importante conquista para a população negra, sobretudo, por representar uma ruptura com um projeto político pedagógico que por séculos invisibilizava as contribuições da população africana na formação cultural, econômica e social do Brasil.

Para melhor compreender o acontecimento da diáspora negra africana a partir da ruptura causada pelo regime colonial escravocrata e seus efeitos no que se refere à produção de cultura, podemos nos apropriar da noção de "organização do acontecimento" cunhada pelo filósofo francês (Badiou, 1999) e utilizada pelo sociólogo brasileiro (Sodré, 2004).

O acontecimento comporta a ideia do trauma (da diáspora escrava, a desterritorialização imposta pelo imperialismo europeu sobre o continente africano) e da restauração (a continuidade da ideia de origem), enquanto a organização é a tentativa de guardar as características do acontecimento através da combinação de coletivismos do presente e de espacialidade (as representações são localizadas em um território específico), "o que implica em uma memória grupal e na criação de espaços nostálgicos, onde a potência do acontecimento é transformada em temporalidade" (Sodré, 2017, p. 91-92).

Uma vez que a ancestralidade imaginada em contexto de desterritorialização e ruptura é, potencialmente, um lugar de criação, a contínua

sincronização entre memórias e lacunas é também responsável pela produção das diásporas.

Nesse sentido, a trajetória de resistência empreendida pela população negra brasileira contra a expropriação material e imaterial promovida pelo colonialismo europeu nos mostra a capacidade inventiva de grupos marginalizados, no sentido de desenvolver, nas brechas do sistema dominante, táticas que possibilitam formas alternativas de existência e produção de cultura ao mesmo tempo em que coexistem com formas emergentes de existir no mundo.

Nesse mesmo sentido, Franz Fanon, em "Pele Negra, Máscaras Brancas", também reflete sobre a experiência diaspórica do negro antilhano imigrante na França, que se torna um estrangeiro universal, preso em um não-lugar eterno, uma vez que a experiência da diáspora o afasta tanto dos seus compatriotas nativos quanto do país que o recebe na condição de imigrante (Fanon, 2008, p. 35). Ou seja, ao tratar da construção e afirmação das identidades culturais negras no Brasil ou em outros países em contexto similar de colonização, é impossível ignorar a diáspora enquanto marcador fundamental dessas identidades.

Pode ser melhor compreendido quando destacamos a criação dos quilombos, territórios de organização social alternativa à sociedade colonial escravocrata que, ainda nos dias de hoje, inspira estratégias de articulação de comunidades e núcleos de resistência articulados por homens e mulheres negras.

Embora o termo "quilombo", de origem bantu, tenha assumido significações diversas no território angolano pré-colonial, no Brasil, instituiu-se a definição de "quilombo" como estabelecimento de pessoas negras escravizadas fugidas, paralelo ao sistema dominante (Nascimento, 2006).

Nesses territórios, reuniam-se pessoas escravizadas provenientes do continente africano e seus descendentes nascidos/as em território brasileiro, expropriadas de qualquer bem além da memória e do corpo, de forma que diferentes identidades e suas tradições, cultos e línguas criaram no Brasil

culturas híbridas, constituídas parcialmente pelos símbolos recriados de África e pelas condições de existência encontradas na diáspora (Nascimento, 2006).

Já no final do século XIX, com o fim do regime escravocrata, a ideia de quilombo enquanto refúgio permanece no imaginário brasileiro e recebe o significado de instrumento ideológico contra as formas de opressão, passando de instituição clandestina a símbolo de resistência (Nascimento, 2006). Ao longo de sua pesquisa, busca demonstrar como esse fenômeno se perpetua até hoje em todos os sistemas sociais alternativos fundada por negros e negras, como as escolas de samba, os terreiros de candomblé e as favelas.

Se o quilombo não é uma ideia localizada no passado, mas sim um espaço de agregação que se reconfigurou diversas vezes na história da diáspora afro-brasileira, constituindo-se a partir do assentamento de comunidades negras e fortemente ligado aos aspectos territoriais, pedimos licença para desdobrar a enunciação feita por Beatriz Nascimento e desembocar na ideia de "aquilombamento" enquanto dispositivo derivado da instituição quilombo, porém destituído do seu caráter territorial, no intuito de demonstrar a continuidade do ato de aquilombar como estratégia de resistência e coletividade e designar experiências de organização e intervenção social protagonizadas pela população negra na atualidade.

A partir dessa definição temos exemplos claros de resistência da população descendente dos negros como: as favelas, grupos sociais e o próprio território quilombo que sofre com a luta pela Terra.

Segundo a historiadora Beatriz Nascimento, no documentário "Ôrí", de 1989, "quilombo" não é uma ideia localizada no passado e sim um continuum cultural de aglutinação, compreendendo quilombo em seu sentido ideológico, no sentido de agregação, comunidade e resistência pelo reconhecimento da humanidade e preservação dos símbolos culturais do povo negro (Nascimento, 1989).

Ela destaca também que, embora a República de Palmares tenha sido a experiência mais expoente de quilombo no Brasil, os quilombos assumiram diferentes formas de constituição e organização de acordo com as condições encontradas pelas comunidades que neles residiam, sendo possível entendê-los enquanto assentamentos de negros e outros sujeitos étnicos marginalizados,

que possibilitavam a prática e preservação dos modos de vida dessas comunidades.

A prática do aquilombamento é atravessada pelo princípio filosófico africano Sankofa, uma vez que diz respeito a acessar um legado fundado no início da experiência diaspórica, adaptá-lo às condições do presente e, com isso, criar a possibilidade de futuros pluriversais. Se "cada cabeça é um quilombo", como anuncia Nascimento (1989), aquilombar-se é o movimento de buscar o quilombo, formar o quilombo, tornar-se quilombo. Ou seja, aquilombar-se é o ato de assumir uma posição de resistência contra-hegemônica a partir de um corpo político.

Considerando que a produção da cultura está fundamentada em um conjunto de saberes atravessados por relações de poder e seus regimes de visibilidade e verdade (Lima, 2018), a experiência do aquilombamento se confirma de modo insurgente uma vez que é capaz não só de criar e visibilizar referências não contempladas nos circuitos culturais e artísticos de representação tradicionais, mas principalmente de construir estratégias que operem a favor das transformações das estruturas sociais. A curadora Diane Lima contribui, nesse sentido, ao afirmar que:

Diante da sistemática opressão e da condição cativa, negociava-se os sopros de vida para agir às escondidas e organizar formas de comunicação que, codificadas nas manifestações, estavam a serviço de resistir à violência, expressar sentimentos e criar táticas de levante e rebelião. Assim se fez o samba, a capoeira, os reinados, os congados, os batuques, os sistemas mítico-religiosos, as danças, os folguedos, as brincadeiras e todo um rico sistema cultural que continua a se atualizar de diversas formas no contemporâneo (Lima, 2018).

Lima (2018) destaca a capacidade de resistência e a criatividade do povo negro diante da opressão histórica. Através de manifestações culturais como o samba, a capoeira e os batuques, foram criados códigos e linguagens secretas que permitiram a comunicação, a expressão de sentimentos e a organização de táticas de resistência. Essas expressões culturais, que continuam vivas e se adaptando aos tempos atuais, são um testemunho da força e da resiliência de um povo que, mesmo em condições adversas, encontrou formas de preservar sua identidade e lutar por sua liberdade.

Percurso histórico

Diante do contexto moderno e da realidade histórica de desigualdade sociocultural bem brasileira, vivenciada no município de Paranã, Tocantins. O processo histórico brasileiro marcado por feridas que ampliam a desigualdade e a ausência do Estado como: na escravidão, no colonialismo de exploração, na abolição que não integrou os negros e com isso agravando ainda mais, a formação de uma elite cafeeira na região sudeste. Produzindo um país desigual, e marcado pela falta de desenvolvimento e assistência governamental reproduzida no município de Paranã aonde encontra todas essas realidades de abandono estatal.

Localizada nas Serras Gerais, região sudeste do Tocantins, um vale de planaltos e serras, relevo típico que abriga os quilombos. O povoamento originou-se através do ciclo do ouro, sede da comarca do Norte fundada por Teotônio Segurado, português nomeado pela coroa para administrar e, no desenrolar dos anos, foi o idealizador do movimento separatista entre comarca do sul (a sede na cidade de Goiás, futuro estado Goiás) e a comarca do norte (sede Paranã, que seria o estado do Tocantins). Neste território constroem-se vários quilombos e em cada um temos as construções culturais com características únicas (Vieira, 2023).

Também surge o coronelismo como poder regional, isso acontece pela ausência do Estado por meio da falta de assistência que se mantém ao longo do tempo. A construção social da região sudeste tocantinense, conhecida como vale da miséria no antigo norte goiano, se deu através da luta pela sobrevivência dos povos afro-brasileiros, que encontraram na cultura e na luta do dia a dia a força da ancestralidade por meio da resistência (Vieira, 2023).

Nesse contexto, está inserida a unidade escolar Estadual Desembargador Virgílio de Melo Franco (chamada carinhosamente de Desor), um conglomerado de alunos, com a comunidade local de descendentes de quilombos, imersa na cultura afro-brasileira e com marcas da ancestralidade, transbordando africanidade. A escola foi fundada em 1973, para suprir a necessidade da comunidade local do ensino fundamental e médio que até então não tinha,

iniciando com objetivo de levar a formação humana de forma integral e emancipatória (PPP, 2023).

No município, encontramos inúmeras comunidades quilombolas (reconhecidas pelo Estado do Tocantins e outras em processo de certificação, em alguns casos que nem se descobriram remanescentes de quilombo) que apresentam suas características, histórias de sobrevivência e não podia faltar a luta pelos seus territórios que são atacados pela mineração, agricultura, pecuária e tantos outros.

No entorno do município de Paranã existem três Comunidades: o Claro, o Prata e o Ouro Fino, que receberam a certificação de Remanescentes de Quilombo. Segundo o historiador e supervisor dos Afrodescendentes e dos Povos Indígenas da Seds, André Luiz Gomes da Silva, responsável pelo histórico, essas comunidades datam sua existência de mais de 250 anos e são compostas por 54 famílias, que, por morarem na mesma área geográfica e pertencerem ao mesmo tronco familiar (Kalunga), reuniram-se e formaram a Associação Quilombola das Comunidades do Claro, do Prata e Ouro Fino (Asquiccapo) (Instituto Zumbi dos Palmares, 2014).

Para André Silva, Supervisor da Secretaria de Defesa Social do Tocantins (Seds), em 2014, ressalta que o reconhecimento dessas comunidades (Asquiccapo) é a constatação de que o povo negro foi importante no desenvolvimento social e cultural na região sudeste: "Certificá-las é importante, pois o Estado reconhece o valor cultural e social desse povo que muito fez ao longo de sua história. Paranã está de parabéns. A Secretaria de Defesa Social, através da supervisão afrodescendentes, contribui efetivamente no processo de certificação. Fizemos o histórico das comunidades no município de Paranã e sempre acreditamos em sua certificação" (Silva apud Instituto Zumbi dos Palmares, 2014).

É nessa conjuntura que a unidade escolar Desembargador apresenta o projeto da consciência negra que nasce da lei 10.639, sancionada no dia 09 de janeiro de 2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e incluiu

no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da presença da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana".

Sabendo que o dia 20 de novembro faz memória ao Dia Nacional da Consciência Negra, homenageia e resgata as raízes do povo afro-brasileiro. Essa data foi restabelecida também pelo projeto lei número 10.639, e traz em memória o dia da morte de Zumbi dos Palmares, grande líder da resistência negra e da luta pela liberdade.

Com objetivo de cumprir a legislação e aproveitar a cultura local, foi trabalhado de forma simples e sem explorar o potencial da região e da comunidade. Somente em 2011 este projeto começa a tomar corpo, com a chegada dos novos professores concursados do concurso de 2010. Inicia, então, a potencialização da cultura local e o processo de aquilombamento e escrevivência através da ancestralidade e valorização da cultura e da identidade negra.

Como nos ensina Conceição Evaristo na sua obra *Escrevivências: identidade, gênero e violência*, o termo "escrevivência" traz a junção das palavras "escrever e vivência", mas a força de sua ideia não está somente nessa aglutinação; ela está na genealogia da ideia, como e onde ela nasce e a que experiências étnica e de gênero ela está ligada. Explicou a escritora e educadora: a escrevivência não é a escrita de si, porque essa se esgota no próprio sujeito, ela carrega a vivência da coletividade.

O ponto nuclear da ideia de escrevivência é que ele traz a força motriz de mulheres negras escravizadas que nos antecederam. A presença de sua titularidade na cátedra significa, para Conceição, ampliar o pensamento de Lélia Gonzalez quando esta aponta que no Brasil se fala o "pretuguês" – um termo criado com o intuito de refletir sobre a formação da identidade cultural brasileira através de palavras provenientes de idiomas africanos (Evaristo, 2023).

Foi um trabalho lento que inicia com processo de diagnosticar através de pesquisa de opinião sobre autoidentificação (negro, pardo, branco e nativos) e o grau de valorização dado à cultura e beleza negra. Realizada pelos próprios alunos e tabulada pelos professores, que notaram que a grande maioria da população local não se enxergava negra e muitos tinham vergonha da sua cultura e até mesmo de ser negro.

Em sequência, os professores começaram a resgatar a história local por meio de documentários e das danças, em especial a súcia ou suça, que é uma dança de origem africana com a marcação do tambor que encanta, com as letras que traduzem a ancestralidade quilombola e sua irreverência, sendo uma forma de preservar a cultura e seus costumes.

Temos também as folias, que expressam o sincretismo religioso e, em cada lugar que passam, renovam a fé e a força da ancestralidade. As folias saem trinta dias antes dos festejos religiosos, passando de casa em casa dos sertanejos, em muitos lugares de difícil acesso aonde só os foliões chegam, rompendo o isolamento e descaso das políticas públicas. Os festejos são marcados pela tradição do coroamento do imperador, reproduzindo a cultura europeia, mas com releitura bem quilombola, marcadas por uma grande festa na casa do imperador e do capitão do mastro. Não podendo faltar a dança da suça no cruzeiro da igreja e no levantamento do mastro (Vieira, 2024).

Assim, no ano de 2011 foi celebrado o Dia da Consciência Negra retomando a cultura local e a cultura afro-brasileira, com muitas danças, desfile, teatros, canções voltadas para valorização da identidade negra e o despertar da consciência negra. Foi uma noite simples, mas linda e rica de africanidade. Com isso, o projeto da consciência negra adquire um novo formato, buscando aquilombar-se através da ancestralidade regional.

Em cada ano que passava acontecia o resgate cultural e da identidade negra, os desafios cresciam e notavam a resposta da comunidade local, com o aumento da participação e entendendo que não eram apenas apresentações, mas a expressão da sua história (ancestralidade).

Segundo a Mestre em Psicologia da Saúde Gaby Oliveira:

Ancestralidade é fonte de vida, sabedoria, identidade, pertencimento e criatividade, é o fio que tece passado, presente e futuro, formando uma teia de relações que conecta humanidades. É também a memória que transcende espaço e tempo para recriar futuros possíveis e saudáveis (Oliveira, 2014).

Para a Consciência Negra, com o passar dos anos, foram aumentados os dias para poder trabalhar não só a expressão cultural, mas também trabalhar o

"Ser afro-brasileiro" em sua totalidade, inserido em uma sociedade que se formou na exploração do negro e na perpetuação do racismo velado.

As rodas de conversa que ocorreram na escola foram o resgate atualizado como meio de dialogar sobre temas sensíveis ao aquilombamento como: Diáspora africana e tráfico negreiro, o racismo estrutural ou sistêmico, cotas raciais em uma sociedade racista, como ser antirracista e tantos outros temas que enriqueceram e geraram o despertar da negritude e da busca da autoidentificação afro-brasileira (PPP, 2023).

Dentre os pontos abordados, está a beleza negra por meio de oficinas que ensinavam a cuidar dos cabelos crespos, cacheados, ondulados e das tranças. Com parceria do grupo Encrespa de Palmas e das cabelereiras locais (sempre envolvendo a comunidade), que vieram falar sobre beleza negra e autoestima. Todos os anos trabalha-se alguns aspectos da beleza, não seguindo os padrões da moda, mas sim pelo desejo de romper com os padrões de beleza impostos pela sociedade europeia e americana. Com isso, provocando o autorreconhecimento da própria beleza.

Me chamo Keyla Araujo, sou cabeleireira e trabalho há quinze anos na profissão, sou ex-aluna do colégio Desembargador, sou negra com muito orgulho e há tempos eu já vinha tentando ajudar meninas, mulheres etc., sobre valorização da beleza negra, aceitação de suas raízes e empoderamento. Como qualquer batalha, não estava sendo fácil pleitear essa luta. Com ajuda de alguns representantes de nossa cidade foi trazido um grupo de mulheres liderado pela jornalista do Gazeta do Cerrado Maju Coutinho, que tem um grupo chamado Encrespa Tocantins, que luta exatamente por tudo isso: conscientização, valorização e empoderamento da mulher negra, e foi um marco muito grande, pois ficaram duas representantes do movimento aqui, que é minha cunhada fotógrafa Dayane Aparecida e eu (Araújo, 2024).

E daí então, com os convites de professores da escola nos meses de consciência negra, nós juntamente com os mesmos começamos a trabalhar isso nos colégios e foi maravilhoso para mim, pois teve uma repercussão muito grande e tem até hoje. Me lembro da primeira oficina que fizemos lá na escola: eu levei uma tesoura só para instigar a coragem da mulherada e fui surpreendida com a quantidade de mulheres que cortou o cabelo naquele dia. Era uma oficina de trança e corte, eu fiquei fazendo apenas corte, e a minha companheira ficou com os penteados, pois teve muita procura e nós ficamos extremamente felizes com o resultado. De lá até hoje tem feito muita diferença essas oficinas e palestras que tem no colégio. Ainda é um caminho muito difícil, pois o preconceito ainda é muito grande, mas

sim, com toda certeza, a cidade deve ter pelo menos 70% das mulheres negras que já se aceita, e isso é maravilhoso e gratificante (Araújo, 2024).

No contexto acadêmico, a distinção entre narrativas e história oral se revela na natureza de seus propósitos e metodologias. As narrativas, abrangendo tanto a ficção quanto a não ficção, exercem influência na construção de significados e na transmissão de valores culturais, moldando a percepção do mundo e influenciando ações individuais e coletivas. A história oral, por sua vez, emerge como um campo de pesquisa que se dedica à coleta e análise de relatos pessoais e memórias, oferecendo uma perspectiva singular sobre eventos passados e experiências vividas.

Enquanto as narrativas podem funcionar como instrumentos de representação e interpretação da realidade, a história oral se destaca por preservar e interpretar as vozes e experiências daqueles que, frequentemente, são marginalizados ou negligenciados pela história oficial.

A transformação que ocorreu com a comunidade em relação aos cabelos rendeu vários relatos dos professores, pois perceberam que muitas meninas conquistaram a liberdade de usar seu cabelo solto sem se preocupar com o volume. Outro ponto foram as tranças, trabalhadas pelos parceiros do projeto, ganhando a população. Claro que sempre unindo teoria e prática como meio de conscientização ou aquilombamento. Os meninos também aderiram aos cabelos encaracolados e com cortes que expressam sua ancestralidade negra.

Então, numa dessas ocasiões, estando no exercício da função de Técnico de Currículo de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Superintendência Regional de Educação foi possível presenciar o ápice desse conjunto de performances culturais em diferentes unidades de ensino como um bom exemplo disso, o Colégio Estadual Desembargador Virgílio de Melo Franco, localizado no município de Paranã-TO. Percebe-se que o estabelecimento de ensino trata a temática de maneira brilhante. Entre apresentações de cantos, danças, capoeira, encenações teatrais e exposição de quadros com pinturas belíssimas percebe-se uma comunidade atenta a todos os detalhes dos trabalhos ali expostos. Estudantes se destacam no palco na condução das tarefas artísticas com o intuito, é claro, de conscientizar, celebrar e refletir sobre às lutas diárias de afrodescendentes no Brasil. Nas cadeiras em frente ao palanque o aglomerado de populares misturadas às pessoas públicas de forma atenta para não perder nenhum detalhe das atrações. Do lado de fora da feira coberta, recinto escolhido para acolher o espetáculo, barraquinhas vendendo quitutes,

água, sucos e refrigerantes. Uma multidão de um lado a outro acompanhando à distância. Afinal, celebrar o Dia da Consciência Negra é uma forma de reconhecer a diversidade e a riqueza da cultura afrodescendente, de promover a igualdade e o respeito entre todos os indivíduos, e de reafirmar o compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos. Por fim, vislumbrar o esforço coletivo do C. E. Desembargador Virgílio de Melo Franco mostrou possibilidades que deveriam ser replicadas noutras comunidades: o envolvimento da Gestão Pública no processo. O quão importante é o apoio com fornecimento de instrumentos que, por vezes, a escola não pode custear, como iluminação, palco e espaço (Silis, 2024).

Outro ponto colocado pelos educadores foi o processo de se identificar como negro e ter orgulho da sua história, os primeiros frutos. Tudo isso aconteceu por meio da junção: professor, comunidade e aluno. "Claro que existe muito para melhorar mais, existe uma luta para despertar africanidade em cada pessoa, e uma luta por um mundo mais justo e fraterno" (relato dos participantes da organização).

Ao longo do tempo foram trabalhados diversos temas, sempre buscando fazer o diálogo entre a comunidade e a escola, para romper com o preconceito, a intolerância e tantas mazelas da nossa sociedade. Segundo Paulo Freire (2015), quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor. Dentro dessa perspectiva, é pensada cada temática e a prática educacional para gerar agentes transformadores, pensantes e emancipados.

Uma das coisas caras ao projeto é a religião de matriz africana que esteve presente para expressar a diversidade e a beleza do diferente, em uma sociedade intolerante que condena o contraste ou até mesmo demoniza. É fundamental fazer este diálogo sobre as religiões de matrizes africanas e sua ancestralidade. "Quando fizemos as primeiras abordagens desse tema, recebemos críticas e entendemos que estávamos no caminho certo para formação dos nossos alunos e da comunidade" (relato de um professor). Os líderes da consciência negra reforçam que o objetivo não é criar fieis, mas resgatar a ancestralidade e os conhecimentos africanos. "As tradições de matrizes africanas são espaços de preservação dos processos de aprender e ensinar ancestralidade, valorização da vida e da natureza", fala Iya Suru.

Segundo o professor Juarez Xavier, da UNESP, as religiões de matriz africana podem ser divididas em três grupos: brasileiras, como a umbanda; afro-brasileiras, como o candomblé de caboclo; e afrodescendentes que, ainda que originadas no Brasil, reivindicam os processos de organização das religiões da África, como o ketu e o jeje (Xavier, 2023).

As danças sempre foram um dos instrumentos para promover a reflexão e atrair as pessoas para o diálogo entre o conteúdo e o movimento. O maculelê expressa bem o que o projeto quer ser, ele não é simplesmente apresentado, mas sim teatralizado, trazendo a história e o ritmo africano. A relação entre conhecimento e o cotidiano das pessoas são elementos base para processo educacional e para o projeto.

Relato de uma pessoa da comunidade local de Paranã-TO e mãe de alunos:

Sou muito feliz por ser parte integrante da sociedade paranaense, mãe de alunos que já estudaram há alguns anos e professora da rede municipal há 28 anos. Venho falar de um projeto com o nome marcante "Consciência Negra", um projeto inovador, inclusive, que procurou e procura conhecer cada aluno e suas diversidades, respeitando e mostrando seu potencial. Eis que cada ano que foram se passando a Escola Desembargador Virgílio de Melo veio buscando estratégias para a construção de uma escola inclusiva, projeto que foi criado ou trazido pelos carismáticos professores que abraçaram por toda equipe escolar há cerca de 15 anos atrás, foi um sucesso e é nos dias atuais essa data 20 de novembro, dia da consciência negra, já faz parte da história de Paranã-TO. Bem pouco sabíamos na íntegra o que era realmente ter consciência negra ou sobre consciência negra, a equipe pode transmitir para todo alunado e sociedade, trazendo palestras, debates, apresentações feitas pela equipe escolar e aliados. Nos mostrando a nossa beleza, aceitação, amor próprio no seu modo de aceitar a cor de sua pele, o seu cabelo, traços, danças e porque não mostrando os nossos deliciosos pratos típicos como cuscuz, beiju, paçoca, feijoada entre outros, suas culturas e tradições. E foram além, levando os estudantes e a sociedade a conhecer e reivindicar os seus direitos e deveres. Hoje Paranã tem uma nova visão sobre o que é consciência negra, ação que os meus filhos e filha tiveram o prazer de ser integrante, aprender, respeitar sua própria história e vivências, cultura dos seus antepassados. Esse projeto trouxe um fruto de desenvolvimento coletivo, democrático e participativo, muitos alunos poderão se identificar, aceitar, valorizar sua beleza negra: cabelo, forma de se vestir, se produzir, sentir bonito e quebrar preconceitos já existentes. Eu como mãe, filha de negro, professora, membra da sociedade e moradora da nossa querida Paranã venho com imenso prazer agradecer em nome do Professor Fernando toda equipe e

envolvidos que reconheceram a importância de trabalhar e está trabalhando todos os anos esse projeto da consciência negra, que é a grande maioria em nosso município, projeto que foi e será para sempre um marco histórico na nossa Paranã (Rodrigues, 2024).

É importante ressaltar que, mesmo no período da Pandemia do Covid-19, o projeto da consciência negra não parou, porém aconteceu através de cinco lives transmitidas pelo canal no YouTube do próprio colégio. "A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa" (Paulo Freire, 2015).

A consciência negra do colégio tem buscado trabalhar não um período, mas durante o ano todo, através do estudo da história e geografia da África, com o "Memorial da escravatura" através da teatralização do navio negreiro e do cotidiano dos escravos, tendo grande objetivo de aquilombar por meio da ancestralidade.

A participação dos alunos é uma marca e vem crescendo como fruto do projeto. São os discentes que organizam, montam, ensaiam e apresentam; os docentes ficam no gerenciamento ou mediando, para que o propósito pedagógico se concretize. O destaque do projeto é o protagonismo dos jovens da comunidade local e, com engajamento, estes tornam-se portadores do processo de conscientização (aquilombamento através da ancestralidade), como pensou Cora Coralina: feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.

Algumas considerações

Nunca será fácil trabalhar o processo de aquilombamento por meio da ancestralidade, ainda mais em um país como o Brasil que utiliza o silenciamento e a negação (cinismo) como instrumento de coisificar para dominar. Fazer o processo de pensar, de reflexão e da consciência é uma luta diária que perpassa pelo eu e passa ao nós, pois fomos criados em uma sociedade intolerante.

Quando assistimos um trabalho dessa grandeza e alcance, tem que ser relatado e divulgado como forma de estimular em outros lugares trabalhos iguais ou diferentes, o que importa é romper com o cinismo enraizado na nossa

sociedade, implantado nos séculos XIX e XX pela ciência, filosofia e até mesmo a religião. Demonstrando que foi um projeto muito bem organizado e executado para produzir processo de domínio e desumanização, gerando todo tipo de mazelas sociais que enfrentamos.

Ao olhar o processo de colonização e de escravização, nota-se a perpetuação da máquina de animalizar para dominar. Dentro desta lógica: o Negro, o Nativo e o Pobre são frutos de uma sociedade elitista que silencia e ignora ou nega a realidade. Diante desse contexto, notamos a importância de levar uma educação reflexiva, emancipadora e questionadora. O projeto da consciência negra é uma resposta de resistência e conscientização.

Dessa forma, enxergamos a importância da consciência negra como instrumento de emancipação e do pensar criticamente a sociedade. São projetos assim que estimulam a busca por uma educação cada vez mais de qualidade e para todos.

Referências

ALBERTI, V. Ouvir contar: Textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBINATI, Mariana Luscher. Espacialização das Diferentes Expressões Culturais na Cidade. In: KAUARK, Giuliana; RATTES, Plínio; LEAL, Natalia (org.). Um lugar para os espaços culturais: gestão, territórios, públicos e programação. Salvador: EdUFBA, 2019. p. 135–156.

BHABA, Homi. O Local da Cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

CALDAS, A. L. Oralidade, texto e história: Para ler a história oral. São Paulo: Loyola, 1999.

CUNHA, Eneida Leal. A emergência da cultura e da crítica cultural. Cadernos de estudos culturais, v. 1, 2009, p. 73-82.

EVARISTO, Conceição. Escrevivências: identidade, gênero e violência. Belo Horizonte: Malê, 2023.

FANON, Franz. O negro e a linguagem. In: Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 33-54.

GERBER, Raquel; NASCIMENTO, Beatriz. 1989. Ôrí [Arquivo de vídeo – documentário]. Recuperado de

<https://negrasoulblog.wordpress.com/2016/08/25/309/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

HALL, Stuart. Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In: SOVIK, Liv (Org.). Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 25-48.

KILOMBA, Grada. Quem pode falar? In: Memórias da Plantação: Episódios do racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. p. 47-70.

LIMA, Diane. Não me aguarde na retina: a importância da prática curatorial na perspectiva decolonial das mulheres negras. SUR 28, 2018.

MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto inscrição. Estudos Afro-Asiáticos, n. 1, 2001, p. 172-209.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: RATTIS, Alex. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006, p. 117-125.

PORTELLI, Alessandro. História Oral como gênero. Trad. Maria Therezinha Janine Ribeiro. In: Revista Projeto História, nº 22, São Paulo, junho de 2001. p. 10.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. Identidade e Diferença. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 73-102.

SODRÉ, Muniz. Filosofia a toque de atabaques. In: Pensar Nagô. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 88-170.

SOVIK, Liv (Org.). Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite. In: Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 95-122.

VANGELISTA, C. Da fala à história: Notas em torno da legitimidade da fonte oral. In: LOPES, A. H.; PESAVENTO, S. J.; VELLOSO, M. P. História e Linguagens: Texto, imagem, oralidade e representações. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 192.

VERMELHO. Comunidades Quilombolas. 2014. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2014/04/10/tres-comunidades-quilombolas-de-parana-sao-reconhecidas/>. Acesso em: 10 jan. 2026.

VICH, Victor. Desculturalizar a cultura: desafios atuais das políticas culturais. PragMATIZES – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura, v. 5, n. 8, 2015.

Recebido em 30 de março de 2026.

Aceito em 4 de abril de 2026.